

PROJETO

Escola Viva

Garantindo o acesso e permanência
de todos os alunos na escola

Alunos com necessidades
educacionais especiais

Construindo a
Escola Inclusiva

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado da Educação
Paulo Renato Souza

Secretário Executivo
Luciano Oliva Patrício

Secretária de Educação Especial
Marilene Ribeiro dos Santos

FICHA TÉCNICA

Coordenação: **SORRI-BRASIL**

Elaboração: **Maria Salete Fábio Aranha**

Projeto gráfico, revisão e copydesk: **BelmontCom**. Comunicação Integral

Agradecimentos: **Equipe Técnica da Secretaria de Educação Especial**

Tiragem: 10.000 exemplares

Autorizada reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais,

Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000

196p.: il.

Iniciando nossa conversa.

1. Visão histórica.
2. Deficiência no contexto escolar.
3. Sensibilização e convivência.
4. Identificando as necessidades
5. Adaptações curriculares de grande porte.
6. Adaptações curriculares de pequeno porte.

CDD: 372.6

CDU: 342.71

Índice

A Retrospectiva da Educação no Brasil.....	7
A Declaração de Salamanca e o Programa Educação para Todos.....	8
Cada Pessoa Tem Características que São Somente Suas e que, na Verdade, as Diferenciam das Demais.....	11
Desfazendo Alguns Mitos Sobre a Deficiência.....	13
Adaptações Curriculares e de Acesso ao Currículo.....	16
Expandindo o Processo de Construção de um Sistema Educacional Inclusivo.....	17
A Importância do Planejamento Estratégico.....	18
Competências e Atribuições.....	19
Sistemas de Apoio e Intersetorização.....	21
E a Educação Especial, Como Fica?.....	23
Referências Bibliográficas.....	24

A Retrospectiva da Educação no Brasil

Prezado Professor,

Aqui estamos, novamente, para fazer uma breve retrospectiva da Educação no Brasil, da época colonial até a década de 90, momento que testemunhou o início dos movimentos internacionais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, na busca da garantia do acesso de todos à escola, respeitando-se as peculiaridades de cada um.

Como já vimos na Cartilha 1, a história das relações, na área educacional, entre a sociedade brasileira e o segmento populacional constituído pelas pessoas com deficiência vem se modificando no decorrer do tempo, com maiores ganhos objetivos observados na última década.

Revisando, há que se lembrar que a educação pública neste País é relativamente jovem, não tendo completado sequer 80 anos! No período do **Brasil colônia**, a educação se restringia ao ensino religioso, sob a responsabilidade dos padres jesuítas, processo e situação que durou até o século XVIII, quando a Companhia de Jesus foi expulsa do País.

A **primeira Constituição brasileira**, promulgada no início do século XIX (**1824**), foi o primeiro documento oficial a manifestar o **interesse do País pela educação de todos os cidadãos** ao estabelecer a gratuidade da instrução primária. Entretanto, ela não explicitou de quem seria a responsabilidade pelo sistema e pelo processo educacional, eximindo o poder público desse compromisso. É importante também lembrar que, como bem o aponta Kassar (1999), **quando o texto dizia “todos os cidadãos”, certamente não incluía a massa de trabalhadores, constituída, em sua maioria, de escravos**. Assim, o texto constitucional que aparentemente se comprometia com os brasileiros, na verdade se referia somente a uma pequena minoria, representada pela elite sociopolítica no País.

A partir de 1961, os textos legislativos tornaram-se gradativamente mais explícitos, especificamente no que se refere à **educação das pessoas com deficiência**. De maneira geral, os dispositivos legais se referem à educação desse segmento populacional **como um direito** a ser usufruído, **quando possível, no sistema regular** de ensino. Apesar desses dizeres, entretanto, manteve-se sempre uma tentativa de conciliação entre as forças antagônicas que têm caracterizado o debate social sobre esse assunto ao garantir **apoio financeiro também às entidades privadas, incentivando o encaminhamento e a permanência de pessoas com deficiência em escolas e classes especiais, segregadas, sob o argumento do benefício da especialidade**.

No decorrer da década de 70, **o paradigma da Institucionalização**, vigente no País desde o período imperial, **começou a dividir o espaço com um novo conjunto de idéias**. Nesse ponto da caminhada, o País, sob influências provenientes de diferentes direções (vide Cartilha 1), passou a assumir:

1. o princípio da normalização como critério norteador da avaliação social, e

2. o Paradigma de Serviços como modelo de atenção à pessoa portadora de deficiência, na área educacional.

Assim, recomendava a **prestação de serviços** educacionais técnicos, especializados, com o objetivo de **promover a adaptação da pessoa ao seu meio social**.

A Declaração de Salamanca e o Programa Educação para Todos

A **década de 80** manteve esta tendência, que começou novamente a se modificar nos **anos 90**, especialmente após a **Conferência Mundial de Educação para Todos**, ocorrida em Jomtien (Tailândia), secundada e fortalecida no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, pela **Declaração de Salamanca**, 1994.

O **Programa Educação para Todos** trata da garantia, para todos os cidadãos, do acesso à escolaridade, ao saber culturalmente construído, ao processo de produção e de difusão do conhecimento e, principalmente, à sua utilização na vivência da cidadania. O cumprimento de tais objetivos requer a existência de sistemas educacionais planejados e organizados para dar conta da diversidade dos alunos, de forma a poder oferecer, **a cada um**, respostas pedagógicas adequadas às suas peculiaridades individuais, às suas características e necessidades específicas. A **Declaração de Salamanca**, por sua vez, traz as recomendações referentes aos princípios, à política e à prática de reconhecimento e atenção às necessidades educacionais especiais.

Ao concordar com as recomendações contidas nesses dois importantes documentos, e ao fazer delas seu compromisso, **o Brasil sinalizou que estava pronto para promover novo avanço na relação com seus cidadãos com deficiência.**

Os pressupostos que fundamentaram essa atitude foram de natureza filosófica, ética, política e social, e encontram-se abaixo explicitados:

- todos somos diferentes uns dos outros, o que vem a ser o aspecto central da diversidade que constitui qualquer sociedade;
- não há diferença que faça de uma pessoa um cidadão de menor valia: todos são iguais perante a lei;
- a pessoa com deficiência é cidadã como qualquer outra pessoa e, como tal, tem o direito de receber os serviços de que necessita, sem que, para tanto, necessite permanecer segregada;
- assim, tem imediatamente o direito ao acesso e à permanência no ambiente comum, independentemente do tipo de deficiência que tiver e de seu grau de comprometimento;
- para que isso aconteça, a sociedade tem de se reajustar de forma a se tornar acolhedora para todos;
- isso deverá acontecer em cada comunidade, em todos os níveis de ação pública, em todos os ambientes, em todas as instâncias.

O compromisso prático resultante da opção pela adoção desses princípios foi determinar que **cada instância da atenção pública:**

- **identificasse a situação da pessoa com deficiência;**
- **identificasse as providências necessárias para garantir o acesso imediato e a participação da pessoa com deficiência nos serviços e recursos disponíveis em cada área da atenção pública;**
- **tornasse disponíveis os suportes que se mostrem necessários para favorecer esse acesso e participação;**
- **promovesse a capacitação de recursos humanos para administrar a atenção pública em uma comunidade inclusiva;**
- **favorecesse a conscientização dos cidadãos, de maneira geral, quanto à responsabilidade de cada um no processo de construção de uma sociedade inclusiva.**

Tais providências se constituíram nos primeiros passos de caracterização de um novo paradigma, denominado **Paradigma de Suportes**.

Ele se caracteriza pela implementação de **ações objetivas e afirmativas** no sentido de **ajustar/adaptar a sociedade, nas várias instâncias da atenção e da ação públicas, de forma que ela se torne acolhedora para todos.**



Tal procedimento, portanto, se faz uma medida essencial **para garantir que a pessoa com necessidades especiais possa acessar e participar, imediata e definitivamente, do espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência que apresente, de seu grau de comprometimento, bem como do fato de estar recebendo ou sendo submetida a serviços diferenciados, e/ou especializados.**

Na área da Educação, isso implica **que se providencie e implemente todos os ajustes que se fizerem necessários** para garantir que as pessoas com necessidades educacionais especiais possam se matricular, freqüentar

e participar da escola regular, em todos os seus níveis e modalidades, compartilhando do cotidiano da vida comunitária.

- Mas então o aluno com deficiência não mais precisa do ensino especial?
- Ele deverá então ficar na sala regular, sem atendimento especializado?
- Mas assim ele não será prejudicado?

Estas são perguntas importantes, principalmente porque têm circulado no meio educacional, sendo fonte de preocupação e de angústia para muitos professores e dirigentes educacionais!

Vejam... sabemos que todos somos diferentes uns dos outros, não é verdade? Nem todos somos morenos, ou loiros, temos pele amarela, ou pele vermelha, somos de cor branca, ou de cor negra, temos cabelos lisos, ou cabelos enrolados, e assim por diante...

Cada Pessoa tem Características que são Somente Suas e que, na Verdade, a Diferenciam das Demais.

O mesmo acontece com nosso funcionamento mental. Algumas pessoas aprendem melhor por via visual, ou seja, lendo textos, assistindo cenas; outras aprendem melhor por via auditiva, ou seja, ouvindo o professor, ou lendo em voz alta; algumas pessoas compreendem melhor um fato ou um fenômeno qualquer se puderem lidar com ele concretamente; outras pessoas já têm facilidade para compreender o mesmo fenômeno, ainda que dele se trate abstratamente, ou seja, no nível da imaginação, da elaboração de idéias.



Nem todos seguem o mesmo raciocínio para resolver um problema! Certa vez, uma professora pediu a alunos surdos, não oralizados, que resolvessem o problema de construir uma escada utilizando um programa de computador. Foi interessante observar que nem todos seguiram o mesmo raciocínio. Cada aluno seguiu passos dife-

rentes para chegar à mesma solução para o problema proposto: um iniciou pelo degrau inferior, tendo construído a escada de baixo para cima (um traço horizontal para a direita, um vertical para cima, outro horizontal para a direita, outro vertical para cima, e assim por diante...). Outro aluno seguiu outro procedimento para solucionar o problema de construir a escada: fez vários traços horizontais, localizando cada um, pouco acima e à direita do outro, e depois, ligou esses traços entre si, com traços verticais.

Bem sabemos o quanto nossos alunos são diferentes uns dos outros.

Sabemos que cada um traz os conhecimentos já apreendidos, sabemos a que tipo de estratégia pedagógica cada um reage melhor, sabemos quais de nossos alunos aprendem melhor quando trabalham em grupo, ou em dupla, e quais trabalham melhor em atividades individualizadas. Sabemos de que tipo de conteúdo cada um gosta mais, bem como para que disciplina ou conteúdo cada um não mostra interesse... Sabemos quando alguém está particularmente triste, sofrido, alegre, feliz... Enfim, cada um de nós foi aprendendo, no decorrer do cotidiano de nossa profissão, a conhecer e a reconhecer cada um de nossos alunos.

Sabemos ainda que há aqueles alunos que temos dificuldade para ensinar. Lutamos na busca de um jeito de ensiná-los produtivamente, de ajudá-los a apreender o conteúdo que estamos trabalhando, de motivá-los para a situação de aprendizagem...

Mas... continuamos sempre tentando, não é mesmo? Às vezes acertamos e conseguimos sucesso, às vezes, não... Às vezes mantemos nossa calma, às vezes a perdemos... mas em geral estamos sempre tentando e buscando descobrir aquele jeitinho de ajudar cada um a aprender.

É assim mesmo! Cada um de nossos alunos tem sua história de vida, sua história de aprendizagem, suas características pessoais e suas necessidades específicas! E como ficamos nós, para responder a essa diversidade?

Desfazendo Alguns Mitos Sobre a Deficiência

Primeiramente, temos que enfrentar alguns dos mitos que foram sendo criados em nossa história político-educacional:

- o surdo é agressivo e atrapalha o andamento da aula;
- o deficiente mental não aprende e atrapalha o andamento da aula;
- o deficiente mental é chato, pegajoso, não respeita limites;
- o cego é meio “por fora” e “molão”, de forma que nem aproveita muito das aulas;
- a criança que tem paralisia cerebral é perigosa, agressiva, não dá para conviver com outras crianças;
- a criança que tem paralisia cerebral é retardada, nunca vai aproveitar nada do ensino em uma classe regular;
- as crianças com deficiência têm inúmeros problemas de comportamento;
- as crianças com deficiência têm problemas e necessitam de cuidados que só os educadores especiais são capazes de dar;
- as crianças com deficiência são dependentes e incapazes de fazer qualquer coisa sozinhas.



Ora, vamos pensar um pouco... se você não escutasse, não se comunicasse verbalmente e ninguém conhecesse os gestos com os quais você estivesse acostumado a se comunicar em casa, em sua família, ou em sua classe especial, como você se sentiria? Seria muito ruim, não é verdade?

Além disso, se cada vez que você estivesse tentando se comunicar, as pessoas olhassem para você com medo, com horror, ou mesmo fugissem de você (porque você está emitindo sons sem sentido, altos, que você mesmo não escuta), como seria?

Bem, as cenas acima descritas não seriam reais para **todos** os surdos, porque:

- há surdos que aprenderam a leitura labial;
- há os que estão oralizados (falam);
- há os que se utilizam da língua brasileira de sinais para se comunicar;
- há os que emitem sons estridentes;
- há os mais tímidos, que se fecham em seu silêncio;
- há os que são mais agitados, bem como os mais tranquilos;
- há os que já foram alfabetizados e os ainda não alfabetizados.

O que poderiam ter em comum, no que se refere às necessidades educacionais que apresentam?

- Bem, **todos** se beneficiariam da aprendizagem da língua brasileira de sinais, bem como da disponibilidade dessa via de comunicação em sua escolaridade. Essa seria uma **necessidade educacional especial**, já que determinada pela presença de uma deficiência, no caso, a auditiva.

- No mais, cada surdo, **como qualquer outro aluno**, terá suas **necessidades educacionais específicas**, que devem ser identificadas pelo professor como tarefa **inerente** ao processo de ensinar, essencial para a elaboração de seu Plano de Ensino!

Da mesma forma, o aluno com deficiência mental... Não é verdade que ele não aprende! **Enquanto for ensinado, aprenderá. ESSENCIAL É PLANEJAR... Há que se elaborar um plano de ensino que permita TAMBÉM ao aluno com deficiência mental alcançar os objetivos a que a educação brasileira se propõe alcançar!**

É verdade que alguns encontrarão muita dificuldade em lidar com abstrações. É verdade, também, que outros apresentarão limitações significativas no armazenamento de informações já apreendidas (memória). É verdade, ainda, que muitos necessitarão de um acompanhamento mais individualizado que outras crianças. Mas também é verdade que muitos têm uma memória

fabulosa! Que outros têm uma habilidade marcante para determinadas atividades ou tarefas. Além disso, tudo o que se expôs acima seria **realmente** característica **exclusiva** do aluno portador de deficiência? **Bem o sabemos que não...**

Veja, os surdos não são todos iguais! Nem têm as mesmas necessidades educacionais! Da mesma forma, os cegos, os que têm visão subnormal, as pessoas com deficiência mental, os que têm altas habilidades, as pessoas com deficiência física, etc.

Há necessidades que são **mais comuns** em pessoas que têm **algum** tipo de deficiência, mas que não são restritas a essas pessoas!

E ser educador é, como você bem o sabe e vivencia, **buscar conhecer** cada vez mais **cada um de seus alunos, procurando as alternativas pedagógicas que melhor possam atender às suas peculiaridades e necessidades no processo de mediação da construção do conhecimento.**

Assim, chegamos ao ponto central da construção de um sistema educacional efetivo e eficiente:

- **Cada aluno tem suas necessidades educacionais.**
- **A identificação dessas necessidades é papel e função do professor, que deverá contar com avaliações profissionais complementares, quando necessário.**
- **A identificação das necessidades educacionais especiais é fundamental para NORTEAR o PLANEJAMENTO do ensino!**
- **Sem isso não há como efetivamente propiciar um atendimento de qualidade!**

Como então favorecer o atingimento dos objetivos da educação brasileira, na prática educacional e escolar cotidiana, num contexto de respeito às peculiaridades individuais?

A Secretaria de Educação Fundamental e a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação publicaram o documento **Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares** (Brasil, 1999), que trata especificamente das estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

Adaptações Curriculares e de Acesso ao Currículo¹

Adaptações Curriculares e de Acesso ao Currículo são **ajustes graduais** que se promovem **no planejamento escolar e pedagógico**, bem como **nas ações educacionais, em resposta às necessidades educacionais especiais** de alunos.

Um dos aspectos essenciais desse processo de ajuste é exatamente esse: **o da interação contínua entre as necessidades do aluno e as respostas educacionais efetivadas.**

*“Devem ser destinadas aos que necessitam de serviços e/ou situações especiais de educação, realizando, **preferencialmente** no ambiente menos restritivo possível e pelo menor período de tempo (...) **As necessidades especiais revelam que tipos de ajuda (suporte), diferentes das usuais, são requeridas, de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas da adaptação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer**” (Brasil, 1999, p. 34).*

1. A concepção de currículo assumida no documento PCN – Adaptações Curriculares (Brasil, 1999) “inclui desde os aspectos básicos, que envolvem os fundamentos filosóficos e sóciopolíticos da educação, até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula... Assim, pode ser visto como um guia, sugerindo sobre o que, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar.” (p. 31)

“Alguns alunos com necessidades especiais revelam não conseguir atingir os objetivos, conteúdos e componentes propostos no currículo regular ou alcançar os níveis mais elementares da escolarização. Essa situação pode decorrer de características orgânicas associadas a déficits permanentes e, muitas vezes, degenerativos, que comprometem o funcionamento cognitivo, psíquico e sensorial, vindo a constituir deficiências múltiplas graves.” (p. 53).

Em algumas dessas circunstâncias, constata-se que o aluno poderá ser beneficiado por conteúdos curriculares de caráter mais funcional e prático, na busca de promover-lhe o domínio de conhecimento que lhe permita o exercício de sua cidadania, no nível máximo de suas possibilidades.

O Plano de Ensino para esse aluno deverá considerar isso tudo, além de assegurar que sua escolaridade se dê, no máximo das possibilidades, na escola comum, em classe regular, já que a própria convivência na diversidade tem favorecido o desenvolvimento e o crescimento pessoal e social.

Expandindo o Processo de Construção de um Sistema Educacional Inclusivo

A municipalização, processo de descentralização político-administrativa em implantação no país desde 1988, veio, segundo Aranha (2000), *“aproximar dos cidadãos a instância decisória responsável pela definição dos rumos a imprimir à vida na comunidade. Aproximou, também, o controle social sobre a execução das direções escolhidas e das decisões tomadas pela comunidade... Nesse contexto, passou a ser necessário que cada Município se organizasse para:*

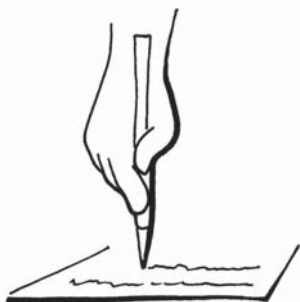
- 1. identificar o perfil de seu alunado;*
- 2. identificar o conjunto das necessidades educacionais especiais nele presentes;*
- 3. desenvolver estudos-pilotos que possam resultar em conhecimento acerca de que práticas e procedimentos melhor atenderão às suas peculiaridades, necessidades e possibilidades;*

4. desenvolver um projeto pedagógico consistente com os dados acima mencionados, delineados a atender e a acolher a todos no sistema educacional.

Seria irrealista pensar que se pode construir um sistema educacional inclusivo do dia para a noite, em função de decisões tomadas administrativamente. Mas a **instância político-administrativa pode coordenar o processo de diagnóstico** das necessidades da realidade municipal, o qual deve, por sua vez, **nortear a elaboração de Plano** que contenha objetivos a serem alcançados a curto, médio e longo prazos, na direção da **implementação de um sistema inclusivo, de forma gradativa e fundamentada técnico-cientificamente**”.

A Importância do Planejamento Estratégico

Nenhum processo ou projeto pode ser bem-sucedido, se não for calcado em:



- estudo crítico cuidadoso sobre a realidade no qual ele estará inserido (necessidades, desejos, objetivos, metas, problemas existentes, desvantagens, vantagens, fatores favoráveis, etc.)
- identificação de procedimentos que resolvam os problemas e aumentem os fatores que contribuam para o alcance de seus objetivos e metas;
- elaboração de cronograma realista e viável de implementação do processo;
- caracterização do sistema e dos procedimentos de suporte que serão necessários para garantir o sucesso do processo;
- elaboração e planejamento do sistema de avaliação do programa que permita acompanhar continuamente o cotidiano de sua implementação, permitindo também identificar as intervenções que se mostrem necessárias para garantir seu sucesso, materializado no alcance dos objetivos.

Competências e Atribuições

Do Conselho Municipal de Educação, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação:

- mapear a população de alunos com deficiência;
- identificar suas necessidades educacionais especiais;
- elaborar Plano Estratégico de Implementação do Sistema Educacional Inclusivo, com objetivos claros e específicos, bem como com metas quantitativas mensuráveis, organizadas na seqüência do tempo;
- prever, na elaboração do Orçamento, os gastos necessários para a implementação das Adaptações Curriculares de Grande Porte.

Do Conselho Municipal de Educação:

- acompanhar e controlar a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do FUNDEF;
- verificar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos, repassados ou recebidos, à cota do FUNDEF;
- supervisionar as ações do sistema educacional, atento ao cumprimento das metas e objetivos referentes à implementação das Adaptações de Acesso ao Currículo e das Adaptações Curriculares de Grande Porte.

Da Secretaria Municipal de Educação:

- administrar a execução do Plano Estratégico para o Município;
- coordenar as ações educacionais do Município;
- implementar as Adaptações Curriculares de sua competência (Grande Porte), como por exemplo, acessibilidade, número de alunos por sala de aula, aquisição de materiais e equipamentos especiais, etc;
- constituir, equipe de apoio que possa se responsabilizar pelas decisões relativas às Adaptações de Grande Porte a serem implementadas em casos específicos;

- assegurar o suporte técnico-científico para os professores e profissionais da Educação;
- zelar para que os objetivos educacionais postos para o País sejam alcançados no Município pelo qual é responsável.

Da Direção de Unidade Escolar:

- caracterizar o perfil de seu alunado;
- mapear o conjunto de necessidades educacionais especiais presentes na unidade, e em cada sala (processo contínuo, no decorrer do ano);
- encaminhar para a Secretaria Municipal de Educação a solicitação das Adaptações Curriculares de Grande Porte que se façam necessárias;
- envidar esforços junto à Secretaria Municipal de Educação e junto ao Conselho Municipal de Educação para que as Adaptações Curriculares de Grande Porte sejam implementadas;
- implementar as Adaptações Curriculares de Grande Porte que forem de sua competência;
- providenciar o suporte técnico-científico de que os professores necessitam (convênios com Universidades, Centros Profissionais, servidores das diversas Secretarias, etc.);
- planejar o envolvimento das famílias e da comunidade no processo de construção da inclusão em sua unidade escolar;
- promover atividades (palestras, projeção de filmes, discussão sobre material áudio-visual, etc.) de sensibilização e de conscientização sobre a convivência na diversidade para alunos, professores, famílias e comunidade.

Do Professor:

- dominar o conhecimento que lhe cabe socializar;
- dominar o conhecimento sobre a tarefa de ensinar: planejamento pedagógico e avaliação de programa;
- sensibilizar e conscientizar os alunos da classe quanto à convivência na diversidade;

- implementar as Adaptações Curriculares de Pequeno Porte que são de sua competência (vide Cartilha 6);
- solicitar o suporte de que necessita para as instâncias de direito; trabalhar de forma cooperativa com o educador especial e profissionais de suporte, quando necessário;
- manter contato contínuo com a família, envolvendo-a no processo de ensino e aprendizagem.

Da Família:

- acompanhar o processo de escolarização de seu filho;
- colaborar com o processo de aprendizagem de seu filho, sob a orientação do professor e demais profissionais;
- manter a equipe escolar informada sobre particularidades que lhe seja importante conhecer, como por exemplo horário de medicação, dosagem, sinais de comunicação, etc.
- participar da vida da escola, mantendo-se próxima do cotidiano dos alunos e professores.

Das demais áreas da atenção pública:

- cooperar, cada uma no âmbito de sua competência, para garantir o acesso e a permanência da criança com deficiência no ambiente escolar regular;
- implementar estratégias de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação.

Sistemas de Apoio e Intersectorização

Como já sabemos, a construção de um sistema educacional inclusivo é, na realidade, um processo fundamental para a transformação de nossa sociedade em um organismo mais respeitoso, justo e digno, **interesse e responsabilidade de todos e de cada um de nós.**

Em assim sendo, há que se poder contar com a participação de todas as instâncias da sociedade, em particular as áreas de atenção e de ação públicas.

A **intersectorialidade**, ou seja, a **cooperação entre as áreas** da Educação, da Saúde, da Previdência e Assistência Social, de Equipamentos e Transportes Urbanos, do Trabalho, do Lazer, do Esporte e da Cultura, do Planejamento é **essencial** para viabilizar esse processo.



Cada uma delas tem valiosa contribuição a dar. A criança com deficiência precisa ter garantida a regularidade de sua alimentação diária; precisa ser acompanhada com regularidade pelo sistema de saúde, na prevenção de doenças, na promoção da saúde e no atendimento imediato, quando porventura sofrer uma intercorrência qualquer; precisa ter assegurado um meio público de transporte que lhe possibilite chegar até a escola; precisa receber educação profissional; precisa ter garantido o acesso aos equipamentos com os quais se promovem as atividades culturais, de esporte e de lazer na comunidade; algumas precisam que os textos escolares sejam transcritos para o braille; outras necessitam de algum recurso ou equipamento especial para escrever, ou para fixar o papel na carteira, para se comunicar (caderno de signos, por exemplo) ou para se locomover, enfim, para permanecer no ambiente escolar **e dele efetivamente participar**.

Cada Município deve explicitar clara e inequivocamente seu compromisso político com a construção de um sistema educacional inclusivo, contando, em seu **planejamento político-administrativo**, com ações e providências que favoreçam a intersectorialidade na atenção à população escolar.

E a Educação Especial, Como Fica?

Veja, professor, ensinar é uma tarefa que envolve, como já o dissemos anteriormente, vários fatores:

1. conhecimento acerca de como se dá a aprendizagem;
2. domínio do conhecimento a ser socializado;
3. competência técnico-pedagógica;
4. planejamento pedagógico;
5. competência para ajustar o ensino a partir das especificidades e necessidades educacionais de seus alunos;
6. competência para implementar as adaptações curriculares de pequeno porte (vide Cartilha 6), a partir da avaliação das necessidades de seus alunos.

Essas são funções inerentes à profissão de educador, de maneira geral.

Aos professores, por sua vez, cabe atuar, em cooperação, compartilhando o conhecimento de que dispõem, para responder e atender às necessidades educacionais de **todos** os alunos, inclusive às dos alunos com deficiência, garantindo-lhes o acesso e permanência nos sistemas de ensino.

Referências Bibliográficas

Aranha, M.S.F. (2000). Inclusão Social e Municipalização. Em Manzini, E. (org.) Educação Especial: temas atuais. Marília: UNESP-Marília.

Brasil. (2000). **EFA 2000, Avaliação do ano 2000 - Informe Nacional.** Brasília: INEP O Instituto.

Brasil. (1999). **Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares.** Brasília: MEC/SEF/SEESP.

Kassar, M.C.M. (1999). **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos.** Campinas: Editora Autores Associados.

